

## **LEI ORDINÁRIA Nº 864**

*de 26 de outubro de 2011*

**Dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e  
Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos  
Profissionais da Educação - FUNDEB e da outras providências.**

*O PREFEITO MUNICIPAL de Chapadão do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:*

### **Art. 1º..**

*Fica criado, no âmbito do Município de Chapadão do Sul, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB nos termos do art. 60, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.*

### **Art. 2º..**

*O Fundo referido no artigo anterior tem como fonte de recursos as transferências financeiras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB nos termos do art. 60. dos Atos das Disposições Constitucionais transitórias da Constituição Federal.*

### **Art. 3º..**

*Os saldos de recursos financeiros disponíveis nas contas específicas do Fundo, cuja perspectiva de utilização seja superior a 15 (quinze) dias, deverão ser aplicados em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto em títulos da dívida pública, junto a instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos de modo a preservar o seu valor.*

### ***Parágrafo único. .***

*Os ganhos financeiros obtidos das aplicações previstas no caput deste artigo deverão ser utilizados na mesma finalidade, e de acordo com os mesmos critérios e condições estabelecidas para utilização do valor principal do Fundo.*

### ***Art. 4º..***

*Os recursos do Fundo serão utilizados no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme o disposto na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e demais legislações pertinentes.*

#### ***1º***

*Os recursos poderão ser aplicados indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e no §2º, do art. 211 da Constituição Federal e demais normas pertinentes.*

#### ***2º***

*Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta do Fundo poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.*

### ***Art. 5º..***

*No mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais do Fundo serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.*

### ***Parágrafo único. .***

*Para fins do dispositivo no caput considera-se:*

## ***I.***

*remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério em efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura ou tabela de servidores do município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;*

## ***II.***

*profissionais do magistério: docentes profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e orientação pedagógica;*

## ***III.***

*efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II. associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.*

## ***Art. 6º..***

*É vedada a utilização dos recursos do Fundo no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme art. 71, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.*

## ***Art. 7º..***

*O acompanhamento e o controle social sobre a aplicação e distribuição dos recursos do Fundo serão exercidos pelo Conselho Municipal do FUNDEB instituído pela Lei Municipal nº 603, de 01 de março de 2007, para esse fim, conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.*

## ***Art. 8º..***

*Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Chapadão do Sul-MS, 26 de outubro de 2011*

***REGISTRA-SE E PUBLICA-SE*****Prefeito Municipal**

---

*Lei Ordinária Nº 864/2011 - 26 de outubro de 2011*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*